(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Balanço Patrimonial	17
Demonstração de Resultado	18
Demonstração dos Resultados Abrangentes	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	20
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	21
Demonstração do Valor Adicionado	22
Notas Explicativas	23

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Relatório da Administração 2017

Prezados Acionistas,

A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Mensagem da Administração

O ano de 2017 foi marcado por grandes desafios à economia nacional, com o país demonstrando os primeiros sinais de saída de um longo período de recessão. Diferente dos dois últimos resultados, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1% em relação a 2016, mesmo com a manutenção de um cenário desafiador onde a PB-LOG manteve sua estratégia de atuação com o objetivo de se consolidar como provedora de serviços logísticos integrados no segmento de Exploração e Produção (E&P), além de expandir a sua atuação nos serviços de perfuração, completação e manutenção de poços, avaliação de formações e engenharia submarina.

Apesar de ter expandido sua base de clientes e diversificado a sua atuação, a PB-LOG encerrou o ano de 2017 com um Lucro Líquido de R\$ 789.090, 36% inferior aos R\$ 1.224.203 registrados em 2016, devido não somente à retração do mercado de E&P nacional mas também à eventos não recorrentes que impactaram positivamente o resultado daquele ano.

Para o ano de 2018 a Administração da PB-LOG reitera a sua confiança na retomada do desenvolvimento do País e, especialmente, da indústria de E&P Nacional. Finalizamos agradecendo o comprometimento, dedicação e competência de toda a força de trabalho e ao apoio de nossos clientes e fornecedores, cuja parceria, envolvimento e confiança são fundamentais para o sucesso da Companhia.

A Administração

Sobre o Relatório

O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2017, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria.

Perfil Corporativo

Quem Somos

Sediada no Rio de Janeiro, Capital, a PB-LOG tem por objetivo a atividade de navegação de apoio marítimo, o provimento de bens e serviços para operações de E&P no Brasil, além de serviços correlatos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Visando o atendimento às demandas por serviços logísticos integrados na área de E&P, a PB-LOG tem por principal foco o fornecimento de serviços para Consórcios com atuação offshore operados pela PETROBRAS. Adicionalmente, a Companhia tem buscado o aumento de sua participação no mercado de logística offshore nacional através da prestação de serviços para Consórcios onde a PETROBRAS não é operadora ou não possui participação.

Para cumprir com seu objetivo estratégico, a PB-LOG tem a seu favor a maior infraestrutura de serviços de E&P disponível no Brasil, cobrindo quase toda a costa nacional com bases de apoio logístico próximas aos principais campos de produção offshore. Essa característica permite a oferta de um amplo rol de bens e serviços de forma integrada a seus clientes, a saber:

- Logística Integrada Serviços de Transporte Marítimo, Aéreo e Terrestre, Armazenagem, Portos, além de resposta a emergências e resgate aero-médico;
- Poços Perfuração, Completação, Estimulação, Avaliação, Manutenção e Serviços Especiais;

óleo e gás

 Engenharia Submarina - Interligação Submarina, Ancoragem, Avaliação Biológica, Manutenção, Inspeção e Instalação de Equipamentos Submarinos.

Missão, Visão e Valores

Missão • Gerar valor com a integração de serviços para exploração e produção no segmento de óleo e gás

·Ser referência em soluções integradas para o segmento de

Visão

·Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente ·Ética e Transparência ·Orientação ao mercado ·Superação e confiança ·Resultados

Valores

Estrutura Societária

Fundada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

Planejamento Estratégico

Desdobrado a partir do Planejamento Estratégico da PETROBRAS, que define os cenários para o seu negócio de E&P, o planejamento estratégico da PB-LOG é elaborado para três horizontes, a saber: Plano Anual de Negócio (PAN - curto prazo), Plano de Negócios e Gestão (PNG - médio prazo) e Plano Estratégico (longo prazo - visão 2031).

O PAN é acompanhado mensalmente através das Reuniões de Análise Crítica (RAC), fórum do qual participa a Diretoria da Companhia. Com base na avaliação da performance e na revisão das perspectivas do mercado, ajustes no PAN podem ser efetuados ao longo do exercício.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O PNG é o instrumento de caráter gerencial que representa o conjunto integrado da carteira de projetos e das operações da Companhia para um período de cinco anos. Contempla as metas da Companhia e a alocação de recursos (humanos, tecnológicos, operacionais, financeiros) necessários para a materialização das estratégias e para a sustentabilidade da Companhia no longo prazo.

O Plano Estratégico é o instrumento que contém o posicionamento estratégico da Companhia, num horizonte de longo prazo, considerando os cenários macroeconômicos, as premissas e índices econômicos no setor de E&P.

Modelo de Negócio

A PB-LOG tem por modelo de negócio a atuação integrada em serviços de logística, poços e engenharia submarina, de forma harmônica com o Sistema Petrobras, atendendo a consórcios onde a PETROBRAS é operadora, não operadora ou prestando serviços diretamente a terceiros.

Logística integrada

A PB-LOG está capacitada a fornecer serviços de logística integrada para prover toda a demanda típica de unidades marítimas. Através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, disponibilização de aeronaves para transporte e para atendimento médico, até a disponibilização de embarcações apropriadas para o combate a emergências (com equipes treinadas para estes eventos). A PB-LOG integra todos os modais logísticos promovendo uma operação otimizada nos diversos elos da cadeia de suprimentos das unidades marítimas atendidas.

Construção, manutenção em poços e avaliação de formações

Aproveitando-se de sua cadeia logística com presença nos principais polos de E&P offshore nacional, a Companhia provê os serviços de perfuração, completação, estimulação e avaliação de formações, além de serviços de manutenção (*workover*), tais como operações de *slickline, wireline*, substituição de válvulas de gás *lift*, limpeza de fundo com flexitubo, remoção de incrustação e quebra de hidrato, abandono de zonas depletadas, canhoneio/recanhoneio, recompletação e mudanca de método de elevação.

Engenharia Submarina

Esta atividade compreende a instalação, manutenção e descomissionamento de instalações submarinas, inclusive as etapas de engenharia técnica e geodésia (*surveys*). Também são contemplados os serviços de posicionamento geodésico, operações de ancoragem, comissionamento de sistemas, instalação de linhas de produção e umbilicais elétrico-hidráulicos (UEHs) e inspeção de equipamentos com a utilização de equipamentos e embarcações especializadas.

Gestão e Suporte ao Modelo de Negócio

Estratégia

No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta ampliar a prestação de serviços para os seus clientes diversificando a sua capacidade de atuação e escopo de atividades, mantendo a escala de suas operações condizente com sua capacidade de atendimento.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Governança Corporativa

A Companhia desenvolve os seus negócios orientados nas práticas de Governança Corporativa do Sistema Petrobras, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade corporativa. A estrutura de governança corporativa incorpora questões de ordem social, ambiental e econômica, visando à criação de valor para a sociedade, a sustentabilidade e a perenidade dos negócios.

Administração

A Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma:

Assembleia Geral

É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar conveniente à defesa do desenvolvimento da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia possui função não permanente, não tendo sido instalado até o exercício social de 2017. Ressalte-se que o mesmo poderá ser instalado a qualquer momento, conforme previsto no Art. 161 da Lei 6.404/76 e no Art. 22 de seu Estatuto Social.

Diretoria Executiva

Responsável pela execução e operacionalização das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Corporativo e Financeiro e um Diretor de Operações.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender às demandas dos órgãos de controle e fiscalização (como TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros) com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação dos riscos, assegurando o alinhamento dos processos às diretrizes emanadas pela PETROBRAS.

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é aprovado pela Diretoria Executiva e define a agenda de trabalhos da Auditoria Interna, cujos processos obedecem aos critérios de materialidade, relevância e criticidade. O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios específicos que são encaminhados para a gerência auditada, para o Presidente da PB-LOG e para o Diretor ao qual a área esteja subordinada. Os trabalhos concluídos também são informados para a Controladoria Geral da União (CGU).

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

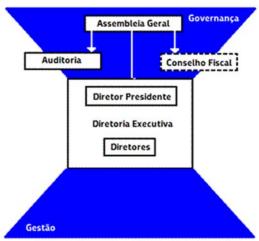


Figura 1: Sistema de Governança da SOCIEDADE

Conformidade, Ética e Integridade

A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam a todo o Sistema Petrobras e utilizase de toda a estrutura de Segurança da Informação da PETROBRAS.

Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Ética e do Guia de Conduta das empresas do Sistema Petrobras, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços.

Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC. A implementação foi realizada em 2016 com divulgação a toda força de trabalho da Companhia.

A Administração da PB-LOG monitora as práticas de controles internos, por meio da Auditoria Interna que, além da função desempenhada na Governança da Companhia, auxilia a organização a manter controles efetivos a partir da avaliação de eficácia e eficiência e da promoção de melhorias contínuas, promovendo a ética e os valores apropriados dentro da Companhia. Adicionalmente, a Auditoria Interna comunica as informações relacionadas aos riscos e aos controles às áreas apropriadas da Companhia.

As práticas contábeis foram adaptadas aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Asseguramos sinergia com relação às práticas contábeis e de governança adotadas para as empresas do Sistema Petrobras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Relacionamento com Partes Interessadas

As decisões envolvendo partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado e têm como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista.

Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes referentes à transação com partes relacionadas. Não obstante, o sistema de controles internos, a exemplo da PETROBRAS, observa o atendimento dos principais requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações:

- Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- Foreign Corrupt Practices Act 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e
- UK Bribery Act 2010, lei anticorrupção do Reino Unido.

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos nossos parceiros, fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência.

Canal Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Ética do Sistema Petrobras e do Guia de Conduta do Sistema Petrobras e que possam causar dano à PETROBRAS e às suas empresas controladas, aos empregados, acionistas e demais públicos de interesse.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela PETROBRAS.

Gestão de Riscos

Riscos Financeiros

A Companhia possui ativos e passivos referenciados em moeda estrangeira. O gerenciamento do risco cambial é feito de forma corporativa pela controladora PETROBRAS, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada.

Em relação ao risco de crédito e gestão de cobrança, a PB-LOG possui uma Política de Crédito e Cobrança na qual estão estabelecidas diretrizes e orientações para as práticas a serem seguidas.

A PB-LOG está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora PETROBRAS.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Riscos de Acesso à Informação

Além de contar com equipamentos, sistemas informatizados de segurança, integração sistemática de informações e orientações técnicas, a PB-LOG zela pelo sigilo de suas informações confidenciais a partir da realização de treinamentos e campanhas de conscientização de sua força de trabalho. Somam-se a tais ações preventivas também as ações corretivas, que envolvem intervenções e respostas rápidas a eventuais incidentes e/ou ameacas, investigações e, quando necessário, a aplicação de sanções.

A Companhia exerce o controle de acesso às suas informações por meio de senhas, além de contar com o sistema de gestão integrada SAP, que contribui para preservar a integridade de tais informações. Todas as informações são armazenadas em base de dados residentes nos servidores localizados em data centers que contam com redundância e plano de contingência.

Riscos de Conflito de Funções e Controles Compensatórios

De forma a evitar riscos de conflitos de funções e garantir a realização de controles compensatórios, foram implementados mecanismos com o objetivo de dar suporte à atividade de saneamento de perfis de acesso ao sistema de gestão integrada SAP, focando na eliminação de conflitos e na introdução de controles compensatórios, o que possibilita a evolução das regras de segregação de funções.

A PB-LOG adota a ferramenta SAP-GRC *Access Control* com o objetivo de controlar os acessos aos sistemas SAP e complementares, além de propiciar um ambiente de monitoramento e análise do risco empresarial e das atividades de conformidade, o que permite à Companhia ter visibilidade detalhada dos riscos envolvidos a cada solicitação de acesso, do processo de aprovação com todos os atores envolvidos, identificação dos responsáveis pelos acessos aprovados, com total rastreabilidade das ações de aprovações realizadas, tudo por meio de um processo ágil e automático, eliminando erros de atribuição.

Desempenho Econômico-Financeiro

Cenário Macroeconômico e Setorial

A exemplo de 2016, o cenário macroeconômico de 2017 foi extremamente desafiador para a indústria nacional, marcado por graves problemas enfrentados pelo País para a retomada da atividade econômica que, após dois anos apresentando recordes negativos nos principais indicadores de seu desempenho, apresentou leve melhora refletida na expansão de 1% do PIB e numa menor retração do Indicador FBCF, que apresentou uma retração de 2% no ano de 2017 contra uma retração de 10,8% em 2016.

A taxa de desemprego permaneceu em torno de 12% no ano, com forte influência nos índices de consumo e comércio. Importa também ressaltar que, a exemplo dos outros setores, as atividades de E&P no País também passaram por forte retração no ano passado e que a continuidade dos ajustes na gestão da PETROBRAS, com cortes de custos, redução de investimentos e vendas de ativos impactaram as operações da Companhia.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Desempenho Operacional

As atividades operacionais da Companhia refletiram os ajustes na demanda por serviços da indústria de E&P, com redução nos níveis de atendimento em todos os segmentos, conforme apresentado no quadro abaixo:

Logística Integrada	2017	2016
Unidades Marítimas atendidas em serviços de construção		
	9,58	14,0
de poços e avaliação de formações (sonda/ano) (1)		
Unidades Marítimas em produção (Unidade de		
Produção/ano) (2)	13,49	9,7
riouuşao/aiioj		
Construção de Poços e Avaliação de Formações	2017	2016
Constitução de Poços e Avallação de Formações	2017	(reapresentado)
Deces realizades (Construção Manutanção Completação		(respiresement)
Poços realizados (Construção, Manutenção, Completação,	11	10
Avaliação de Formação, etc.) ⁽³⁾	11	10
Engenharia Submarina	2017	2016
Interligação Submarina, Ancoragem, Avaliação Biológica,		
Manutenção, Inspeção e Instalação de Equipamentos	2	-
Submarinos		

⁽¹⁾ Número equivalente de unidades marítimas em construção de poços e avaliação de formação, atendidas por logística integrada.

O indicador de unidades marítimas atendidas em serviços de construção de poços e avaliação de formações (sonda/ano) 2017 foi afetado pela concentração das atividades de E&P no polo pré-sal da Bacia de Santos e pela redução das atividades marítimas exploratórias no País, parcialmente compensada pelo aumento de dias de atendimento a unidades marítimas em produção. No segmento de Construção de Poços e Avaliação de Formações, houve aumento no número de intervenções no atendimento aos clientes quando comparados com 2016. A prestação de serviços no segmento de Engenharia Submarina se iniciou em abril de 2017 com 2 interligações submarinas.

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Em 2017, a Companhia apresentou uma retração no seu resultado econômico-financeiro, decorrente de menor volume de serviços prestados, conforme detalhado a seguir:

- A Receita Líquida totalizou R\$ 3.330.283, representando uma redução de 28% em comparação com os R\$ 4.645.363 registrados em 2016;
- O Lucro Bruto de R\$ 879.118 foi menor em 39% quando comparado com os R\$ 1.440.743 registrados em 2016;

⁽²⁾ Número equivalente de unidades marítimas em produção, atendidas por logística integrada.

⁽³⁾ Número equivalente de intervenções em poços, pode haver mais de 1 (uma) intervenção no mesmo poco.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- O EBITDA alcançou R\$ 792.607 em 2017, representando uma queda de 40% em relação aos R\$ 1.330.797 registrados em 2016.
- A Margem Operacional atingiu 24% em 2017, 5 p.p. abaixo dos 29% obtidos em 2016;
- O Lucro Líquido de R\$ 789.090 foi 36% inferior aos R\$ 1.224.203 do ano anterior.
- A Margem Líquida atingiu 24% em 2017, 2 p.p. abaixo dos 26% obtidos em 2016.

Demonstração do Valor Adicionado

Em 2017, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 1.735.579 em riqueza à sociedade, uma redução de 33% comparado ao valor adicionado distribuído pela companhia no exercício de 2016. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,45 foi distribuído entre diferentes *stakeholders*: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e os acionistas (dividendos), conforme demonstrado abaixo.

	R\$ Milhares	
Demonstração do Valor Adicionado	2017	2016
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	3.873.567	5.327.568
Insumos adquiridos de terceiros	3.873.567	5.327.568
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(2.548.152)	(3.272.178)
	(2.548.152)	(3.272.178)
Valor adicionado bruto	1.325.415	2.055.390
Depreciação	(2)	(2)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.325.413	2.055.388
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	410.166	520.029
Valor adicionado total a distribuir	1.735.579	2.575.417
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	21.529	16.926
	21.529	16.926
Tributos		
Federais	651.146	950.220
Municipais	135.604	187.771
Contribuição social e imposto de renda diferidos	126.873	178.703
	913.623	1.316.694
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambias e monetárias	8.161	14.597
Despesas de aluguéis e afretamento	3.176	2.997
	11.337	17.594
Acionistas		
Dividendos	187.408	290.748
Lucros retidos	601.682	933.455
	789.090	1.224.203
Valor adicionado distribuído	1.735.579	2.575.417

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Perspectivas

Embora o cenário macroeconômico para 2018 apresente perspectiva de melhora com retomada do crescimento econômico e novas rodadas de licitação pela ANP, o setor de E&P continuará pressionado pelas incertezas e riscos da economia interna e externa, assim como pela manutenção dos atuais preços de petróleo nos mercados internacionais, o que poderá impactar na sua retomada.

Alinhada às principais métricas do Plano Estratégico (PE) e do Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 (PNG) do Sistema Petrobras, a PB-LOG prevê para 2018 a continuidade da expansão de suas atividades operacionais com um aumento significativo de sua carteira de clientes.

Para tal, a PB-LOG continuará implementando ações de redução dos custos operacionais e adequação de suas premissas comerciais no sentido de refletir as oscilações dos preços de mercado de seus recursos, garantir a sua competitividade e reafirmar o seu modelo de negócio como aquele que agrega maior valor a seus clientes.

Adicionalmente, a PB-LOG reafirma seu compromisso de cumprimento de 100% do Índice de Treinamento do Compromisso com a Vida, fundamental para a meta de redução da Taxa de Acidentados Registráveis.

Em linha com o seu Plano Direcionador das atividades de *compliance*, que visa implementar as melhores práticas corporativas para as atividades desta natureza, a PB-LOG intensificará os treinamentos referentes às ações de conformidade como, por exemplo, a prevenção contra corrupção, e seguirá executando ações de comunicação interna de modo a fortalecer a cultura da integridade em seu ambiente de trabalho.

Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as demonstrações financeiras da PB-LOG eram auditadas pela PwC Auditores Independentes. Não foram nos respectivos exercícios contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos mesmos em relação à Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 02 de abril de 2018, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2018.	
A Administração,	
	Ilton José Rossetto Filho Diretor Presidente
Flávio Bretanha Freire Diretor de Operações	Rodrigo Tiradentes Montechiari Diretor Corporativo e Financeiro



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia ou PB-LOG") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à PB-LOG de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços e custos de serviços prestados são realizadas com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme apresentado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditados por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório datado de 28 de março de 2017, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da PB-LOG continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a PB-LOG ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PB-LOG.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da PB-LOG. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a PB-LOG a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de janeiro, 02 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra Contador CRC RJ-093231/O-6

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		22	1	Fornecedores	7	569.499	453.081
Contas a receber, líquidas	6	4.327.540	4.651.723	Debêntures	8	50.018	77.034
Imposto de renda, contribuição social e outros	11.1	222.415	213.998	Dividendos e JCP propostos	12.5	187.408	290.748
		4.549.977	4.865.722	Imposto de renda, contribuição social e outros	11.1	33.419	32.964
				Outras contas e despesas a pagar		194	44
						840.538	853.871
				Não Circulante			
				Debêntures	8	_	49.258
Não Circulante				Provisão para processos judiciais	10	36.237	46.888
Realizável a longo prazo				Outras contas e despesas a pagar		114	
Imposto de renda, contribuição social e outros	11.1	137.857	40.284	outras comas e despesas a pagar		36.351	96.146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	88.812	215.685			30.331	30.140
				Batalan Sala I (audula			
Depósitos judiciais	10	34.560	33.204	Patrimônio Líquido			
Imobilizado		7	9	Capital social realizado	12.1	3.162.458	3.162.458
		261.236	289.182	Reserva legal	12.3	209.639	170.184
				Dividendos adicionais propostos	12.4	562.227	872.245
						3.934.324	4.204.887
		4.811.213	5.154.904			4.811.213	5.154.904

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota _	2017	2016
Receita de serviços	14	3.330.283	4.645.363
Custo dos serviços prestados	17	(2.451.165)	(3.204.620)
Lucro Bruto		879.118	1.440.743
Receitas (despesas)			
Tributárias	17	(19.225)	(24.152)
Gerais e administrativas	17	(87.524)	(75.881)
Outras receitas (despesas), líquidas	16	20.238	(9.913)
		(86.511)	(109.946)
Resultado antes do resultado financeiro		792.607	1.330.797
Resultado financeiro líquido	15	402.005	505.432
Receitas financeiras		410.166	520.029
Despesas financeiras		(8.161)	(14.597)
Lucro antes dos impostos		1.194.612	1.836.229
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.3	(278.649)	(433.323)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.3	(126.873)	(178.703)
Lucro líquido do exercício		789.090	1.224.203
Lucro básico e diluído por ação (em milhares de R\$)		0,33	0,52

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
		Não auditado
Lucro do exercício	789.090	1.224.203
Resultado abrangente do exercício	-	-
	789.090	1.224.203

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
	3.162.458	108.974	214.338		3.485.770
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.162.458	108.974	214.338		3.485.770
Lucro líquido do exercício	5.102.430	100.574	214.556	1.224.203	1.224.203
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(214.338)	-	(214.338)
Reserva legal	-	61.210	-	(61.210)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(290.748)	(290.748)
Dividendos adicionais propostos	-	-	872.245	(872.245)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.162.458	170.184	872.245	-	4.204.887
	3.162.458	170.184	872.245	-	4.204.887
Lucro líquido do exercício	-	-	-	789.090	789.090
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(872.245)	-	(872.245)
Reserva legal	-	39.455	-	(39.455)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(187.408)	(187.408)
Dividendos adicionais propostos	-	-	562.227	(562.227)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.162.458	209.639	562.227	-	3.934.324
	3.162.458	209.639	562.227	-	3.934.324

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	789.090	1.224.203
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
pelas atividades operacionais		
Depreciação	2	2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62)	_
(Reversão de) Provisão para contingências	(10.651)	10.362
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.873	178.703
Encargos financeiros, variação monetária sobre Debêntures	8.128	10.599
Variações cambiais e outras monetárias não realizadas	258	-
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(394.003)	(497.644)
Redução (aumento) nos saldos ativos		
Contas a receber	109.534	118.122
Impostos a recuperar	(105.990)	27.096
Outros ativos	(1.655)	(30.335)
(Redução) aumento nos saldos passivos		
Fornecedores	116.418	(127.304)
Impostos e contribuições a recolher	455	(13.842)
Outros passivos	264	35.005
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	638.661	934.967
Atividades de Investimento		
Resgate (investimentos) em ativos financeiros	608.755	(132.866)
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	608.755	(132.866)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de principal de debêntures	(76.631)	(82.232)
Amortização de juros de debêntures	(7.771)	(14.868)
Pagamento de dividendos	(1.162.993)	(705.002)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(1.247.395)	(802.102)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	20	/41
Admente (1550ayab) de caina e equivalentes de caina no exercicio	20	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22	1
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2017	2016
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	3.873.567	5.327.568
	3.873.567	5.327.568
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(2.548.152)	(3.272.178)
	(2.548.152)	(3.272.178)
Valor adicionado bruto	1.325.415	2.055.390
Depreciação	(2)	(2)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.325.413	2.055.388
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	410.166	520.029
Valor adicionado total a distribuir	1.735.579	2.575.417
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	21.529	16.926
- " .	21.529	16.926
Tributos Federais	CE1 14C	050 220
Municipais	651.146 135.604	950.220 187.771
Contribuição social e imposto de renda diferidos	126.873	178.703
Contribuição social e imposto de renda diferidos	913.623	1.316.694
Instituições financeiras e fornecedores	313.023	1.510.054
Juros, variações cambias e monetárias	8.161	14.597
Despesas de aluguéis	3.176	2.997
	11.337	17.594
Acionistas		
Dividendos	187.408	290.748
Lucros retidos	601.682	933.455
	789.090	1.224.203
Valor adicionado distribuído	1.735.579	2.575.417

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A companhia e suas operações

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 1° de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, inclusive por intermédio do transporte multimodal de cargas, contratando também com terceiros os serviços de transporte, movimentação e armazenamento de cargas e as operações portuária e aeroportuária, bem como o fornecimento de bens relacionados à atividade de exploração e produção, além de serviços correlatos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2014, foi alterado o Estatuto Social da companhia, ampliando o escopo de atuação e incluindo em seu objeto social o provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos.

As principais atividades operacionais da companhia estão relacionadas a prestação de serviços de logística integrada através de serviços logísticos e de apoio marítimo, além de construção de poços marítimos e engenharia submarina.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, mensurados a valor justo.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 02 de abril de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.1.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda, quando aplicável, é reconhecida no resultado na rubrica de outras despesas operacionais.

3.1.3. Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando-se do método de juros efetivos.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas.

3.3. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado aplicando-se as alíquotas vigentes nesse período.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.5. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.6. Reconhecimento de receitas, custo e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, os encargos de arrendamentos financeiros, despesas com juros sobre debêntures, além das variações monetárias líquidas. A Companhia demonstra o montante de juros pagos sobre debêntures diretamente relacionados a alavancagem financeira nas demonstrações dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamentos.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal das operações da refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela PB-LOG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 10.

4.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pela Diretoria. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 11.2.

4.3. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

As perdas referentes a créditos de liquidação duvidosa são constituídas considerado evidências objetivas de perdas que, entre outras, incluem: casos de dificuldades financeiras significativas do emitente ou obrigado, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard* 9 - *Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais materiais de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 / (IFRS 15) - Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard* 15 - Revenue from Contracts with Customers (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB, substitui uma série de pronunciamentos e intepretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 - Revenue.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

As principais mudanças nas práticas contábeis da companhia para reconhecimento de receitas de contratos com clientes, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, são apresentadas a seguir:

Atuação como agente

De acordo com os requerimentos contidos no IFRS 15, a entidade é principal se ela controlar o bem ou o serviço especificado antes que o bem ou o serviço seja transferido ao cliente. Caso contrário, a entidade atua como agente.

De acordo com as práticas contábeis vigentes, a companhia apresenta na linha de "receita de serviços", as receitas de contratos com clientes líquidas de encargos sobre os serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina. Segundo os critérios do IFRS 15, a companhia atua como principal para os serviços de logística integrada, portanto, sem modificação quanto às práticas contábeis atuais. No entanto, como a companhia não exerce o controle sobre os serviços de construção de poços e engenharia submarina antes que sejam transferidos aos clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, quando a obrigação de desempenho for cumprida, a companhia deverá apresentar a receita desses serviços líquida dos encargos e dos custos incorridos.

Em 2017, as receitas líquidas dos encargos e custos incorridos para os serviços de construção de poços e engenharia submarina na demonstração de resultados, totalizaram R\$84.192 e R\$102.322, respectivamente.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e intepretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 - Operating Leases - Incentives; e SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- a) Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- b) Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 Agriculture mantidos por arrendatário;
- c) Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 Service Concession Arrangements;
- d) Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e
- e) Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 Intangible Assets para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. A companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 que poderá impactar os ativos e passivos no seu balanço patrimonial. A companhia também está avaliando os potenciais efeitos no lucro líquido, no fluxo de caixa e nas notas explicativas.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers	1º de janeiro de 2018
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	IFRS 9 - Financial Instruments	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Contas a receber

	2017	2016
Partes relacionadas (Nota Explicativa 9)	411.837	524.466
Clientes - Terceiros	3.628	493
Recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	3.912.494	4.127.245
	4.327.959	4.652.204
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(419)	(481)
	4.327.540	4.651.723

(a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 13.2.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 9.

7. Fornecedores

	2017	2016
Terceiros no país	162.579	139.130
Partes relacionadas (Nota explicativa 9)	406.920	313.951
	569.499	453.081

8. Debêntures

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

As debêntures foram emitidas em 31 de agosto de 2006 pela Alberto Pasqualini - REFAP S.A. objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial para aumentar a capacidade de processamento de petróleo, além de outros investimentos.

A companhia possui obrigações relacionadas a esse contrato de financiamento ("covenants"), dentre elas a de apresentação das demonstrações finanaceiras da companhia e da Petrobras nos prazos de 120 e 151 dias, respectivamente, para o encerramento do exercício, com prazo de cura que amplia esses períodos em 60 dias. A apresentação das demonstrações financeiras nos prazos definidos contratualmente é uma exigência que consta na maioria dos contratos de financiamento e o não cumprimento pode gerar um vencimento antecipado das dívidas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As movimentações dos saldos de longo prazo das debêntures são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial	126.292	212.793
Juros e atualizações monetárias	8.128	10.599
Amortizações principal	(76.631)	(82.232)
Amortizações de juros	(7.771)	(14.868)
Saldo em 31 de dezembro	50.018	126.292
Circulante	50.018	77.034
Não Circulante	-	49.258
Total	50.018	126.292
Vencimentos dos Financiamentos (Não Circulante)		
2018	-	49.258
Total	-	49.258
Taxa de juros aplicáveis às Debêntures (com base na TJLP)		
De 6 A 8%	8.660	8.506
De 8 A 10%	41.358	40.752
Total	50.018	49.258

9. Partes Relacionadas

9.1. Transações Comerciais e outras operações

	Petróleo Brasileiro Petrobras	Petrobras Transporte S.A. Transpetro	ansporte 2017	
Ativo:				
Circulante				
Contas a Receber				
Empresas ligadas	406.174	5.663	411.837	524.466
	406.174	5.663	411.837	524.466
Passivo				
Fornecedores				
Empresas Ligadas	401.447	5.473	406.920	313.951
Dividendos	187.408	-	187.408	290.748
	588.855	5.473	594.328	604.699
Resultado				
Receita bruta por prestação de serviços	3.815.432	(71)	3.815.361	4.641.542
Custos dos serviços prestados	(1.192.923)	(1.053)	(1.193.976)	(2.143.393)
Compartilhamento de gastos administrativos	(62.184)	-	(62.184)	(57.489)
Outras receitas (despesas)	(26.058)	-	(26.058)	1.554
	2.534.267	(1.124)	2.533.143	2.442.213

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os saldos com partes relacionadas são oriundos, principalmente, das atividades operacionais da companhia para a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina.

9.2. Transações Comerciais

Refere-se a contratos para prestação de serviços de construção de poços marítimos e apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a PETROBRAS, na condição de operadora dos consórcios, correspondendo a quase totalidade da receita dos serviços prestados.

9.3. Remuneração da Administração da companhia

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2017, sendo rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária em 21 de agosto de 2017. Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 5.027, válido para o período compreendido entre abril de 2017 a março de 2018.

No exercício de 2017, a remuneração, incluindo gratificações, dos membros da Diretoria Executiva foi de R\$ 1.771 (R\$ 1.627 no exercício de 2016), referente a 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Corporativo e Financeiro e 1 Diretor de Operações, a partir de 21 de agosto de 2017.

10. Processos judiciais e contingências

10.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais: se referem, principalmente, a não homologação de compensações de tributos federais e estaduais, além de autos de infração lavrados em razão de divergência entre entendimentos do Fisco (Federal e Municipal) e da companhia;
- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações individuais de terceirizados com pleito de verba rescisórias entre outros; e
- Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2017	2016
Passivo não circulante		
Tributária	32.575	35.590
Trabalhista	3.287	10.948
Ambiental	375	350
	36.237	46.888
Saldo inicial	46.888	1.456
Adições (Baixas) líquidas		
Tributária	(3.015)	35.590
Trabalhista	(7.661)	9.492
Ambiental	25	350
Saldo final	36.237	46.888

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das causas correspondentes:

	2017	2016
Ativo não circulante		
Trabalhista	384	1.925
Tributária	34.176	31.279
	34.560	33.204
Saldo inicial	33.024	2.868
Adições	188	31.434
Atualizações	2.562	317
Baixas	(1.214)	(1.595)
Saldo final	34.560	33.024

10.2. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2017	2016
Fiscais	23.759	50.839
Trabalhistas	5.490	8.870
Cível	1.717	1.091
Ambiental	169	590
	31.135	61.390

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal:	<u>Estimativa</u>
Autor: União Federal	
1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos.	14.549
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho	
2) Auto de infração visando a cobrança de contribuição previdenciária sobre a parcela paga aos empregados da	8.564
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo CARF.	
Outros processos de natureza fiscal	646
Total de processos de natureza fiscal	23.759

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: Josias da Silva	<u>Estimativa</u>
1) Indenização trabalhista em face da empresa Thorga Engenharia Industrial Ltda.	1.058
Situação atual: Aguarda publicação da decisão para conhecer se haverá intimação para pagamento.	
Autor: Eduardo Dias	
2) Indenização trabalhista em face da empresa Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	319
Situação atual: Aguardando julgamento dos agravos de instrumento.	
Autor: DIVERSOS - Pessoa física	
3) Pleito de horas extras, diferenças salariais, diferenças de férias, verbas rescisórias, entre outras.	4.113
Situação atual: Os processos encontram-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes.	
Total de processos de natureza trabalhista	5.490

11. Tributos

11.1. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar

	Ativo	Circulante	Ativo não	Circulante	Passivo	Circulante
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Imposto de Renda e Contribuição Social	210.869	162.084	-	-	-	-
PIS/COFINS	11.546	51.547	137.857	40.284	-	-
Imposto sobre Serviços	-	-	-	-	23.012	29.294
Impostos retido na fonte	-	-	-	-	10.407	3.670
Outros	-	368	-	-	-	-
	222.415	213.998	137.857	40.284	33.419	32.964

O imposto de renda e contribuição social serão realizados no curso das atividades operacionais da empresa.

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2016	494	393.915	(21)	394.388
Reconhecido no resultado do exercício	3.347	(185.895)	3.845	(178.703)
Em 31 de dezembro de 2016	3.841	208.020	3.824	215.685
Reconhecido no resultado do exercício	(2.597)	(119.431)	(4.845)	(126.873)
Em 31 de dezembro de 2017	1.244	88.589	(1.021)	88.812
Impostos diferidos ativos				215.979
Impostos diferidos passivos				(294)
Em 31 de dezembro de 2016				215.685
Impostos diferidos ativos				89.977
Impostos diferidos passivos				(1.165)
Em 31 de dezembro de 2017				88.812

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é até o final do exercício de 2018.

11.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Lucro contábil antes dos tributos	1.194.612	1.836.229
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal nominal	406.168	624.318
Adições permanentes, líquidas		
Despesas não dedutíveis	(646)	(12.292)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	405.522	612.026
Alíquota efetiva	34%	33%

A seguir a composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2017	2016
Corrente	278.649	433.323
Diferido	126.873	178.703
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	405.522	612.026

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social é composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2017 o capital social é de R\$ 3.162.458.

12.2. Participação acionária

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela empresa Petróleo Brasileiro S.A.

12.3. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12.4. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$ 749.636 com base no lucro líquido apurado no exercício de 2017. A proposição da administração será deliberada em Assembleia Geral Ordinária. A parcela referente ao mínimo obrigatório (25% conforme o estatuto social), no valor de R\$ 187.408, foi reconhecida no passivo circulante, e o restante, no valor de R\$ 562.227, será mantido como "Dividendo Adicional Proposto" no patrimônio líquido até a deliberação da Assembleia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os dividendos estão assim demonstrados:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	789.090	1.224.203
Constituição da Reserva Legal	(39.455)	(61.210)
Lucro básico para determinação do dividendo	749.635	1.162.993
Dividendos obrigatórios - 25%	187.408	290.748
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	187.408	290.748
Dividendos adicionais propostos	562.227	872.245
	749.635	1.162.993

Através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 15 de março de 2018, foram aprovados os dividendos intermediários relativos ao resultado do período de janeiro a setembro de 2017 no montante de R\$539.761, restando o valor de R\$209.874 que será submetido à aprovação do acionista através de Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 26 de abril de 2018.

13. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

13.1.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

13.1.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas, principalmente, a flutuações da taxa Libor. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações da taxa TJLP e do CDI diário.

13.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber, que por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras.

O vencimento dos recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

	2017	2016
Recebíveis		
A vencer	414.627	523.996
Vencidos há mais de 30 dias	419	482
	415.046	524.478

A companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de contas a receber são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

13.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros a valores nominais, incluindo pagamentos de juros estimados:

		contratual		2018
Em 31 de Dezembro de 2017				
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	162.579	162.579	162.579	-
Debêntures	50.018	51.664	-	51.664
Partes relacionadas	406.920	406.920	406.920	-
Total	619.516	621.162	569.498	51.664
Em 31 de Dezembro de 2016				
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	139.130	139.130	139.130	-
Debêntures	126.292	135.347	84.287	51.060
Partes relacionadas	313.951	313.951	313.951	-
Total	793.178	816.999	537.368	51.060

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.4. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa	22	22	1	1
Contas a receber - ativos financeiros	3.912.494	3.912.494	4.127.245	4.127.245
Debêntures	(50.018)	(50.998)	(126.292)	(126.498)

14. Receita de serviços

A receita da companhia está substancialmente concentrada em seu acionista controlador PETROBRAS. Abaixo apresentamos a composição da receita bruta apresenta na demonstração de resultado do exercício:

	2017	2016
Receita Bruta de serviços	3.819.159	5.325.879
Encargos sobre Serviços	(488.876)	(680.516)
	3.330.283	4.645.363

15. Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receitas Financeiras		
Juros	393.704	497.644
Variações monetárias ativas	16.421	22.385
Variações cambiais líquidas	41	-
	410.166	520.029
Despesas Financeiras		
Juros	(7.517)	(14.585)
Variações monetárias passivas	(644)	-
Variações cambiais líquidas	-	(12)
	(8.161)	(14.597)

16. Outras receitas (despesas) líquidas

	2017	2016
Reversão de despesas com perdas e provisão para contingências	10.189	(10.362)
Receitas eventuais, líquidas	9.987	868
Outros	62	(419)
	20.238	(9.913)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Despesas e custos por natureza

	2017	2016
Despesas com pessoal cedido	(21.529)	(16.926)
Outras despesas administrativas	(3.809)	(1.464)
Compartilhamento de gastos com a controladora	(62.184)	(57.489)
Depreciação e amortização	(2)	(2)
Despesas tributárias	(19.225)	(24.152)
Afretamentos de Embarcações e Aeronaves	(1.232.484)	(1.043.933)
Serviços Logísticos	(661.712)	(1.251.036)
Serviços Técnicos	(536.126)	(821.687)
Operações Terrestres	(20.828)	(87.860)
Outros Custos Operacionais	(15)	(104)
	(2.557.914)	(3.304.653)
Na demonstração do resultado		
Despesas Administrativas	(87.524)	(75.881)
Despesas Tributárias	(19.225)	(24.152)
Custos dos serviços prestados	(2.451.165)	(3.204.620)
	(2.557.914)	(3.304.653)

18. Compromissos de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, embarcações de apoio marítimo para os serviços de logística integrada:

Em 31 de dezembro de 2017	2.497.425
2023 em diante	33.827
2022	317.335
2021	346.908
2020	482.269
2019	570.573
2018	746.513

No exercício de 2017, a companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$780.007 (R\$680.777 em 2016).

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

Ilton José Rossetto Filho Diretor Presidente

Rodrigo Tiradentes Montechiari Diretor Corporativo e Financeiro

Flavio Bretanha Freire Diretor de Operações

Marcio de Castro Barboza Contador - CRC/RJ 095491/O-4